

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CIB/SC) SANTA**
2 **CATARINA.**

3 ATA Nº 02/2017

4 Aos vinte e quarto dias do mês de maio de dois mil e dezessete, às nove horas, no Auditório do
5 Hotel Canasvieiras Internacional, localizado na Rua Madre Maria Vilac, 2020, bairro de
6 Canasvieiras - Florianópolis - Santa Catarina realizou-se a reunião plenária ordinária da
7 Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB-AS-SC) com a presença dos
8 seguintes membros: representantes da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e
9 Habitação (SST/SC) – Valmir Francisco Comin (Membro titular e Coordenador da CIB-SC), ,
10 Ismael de Córdova (membro titular), Ivanor Alberti (membro titular), Magna Andreia de Paula
11 Kohhan (membro titular), Gisele Barbosa Sant’ana (membro titular), e representantes do
12 Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/SC) – Jâniffer
13 Otto (membro titular e Presidente do COEGEMAS/SC – São João Batista/SC), Magno Rafael
14 de Borba Muñoz (suplente), Katherine Schreiner (titular), Juliano Nildo de Maria (titular), Oscar
15 Guilherme Grotmann Filho (titular), Elaine de F. A. Barbosa (suplente). Ainda estavam
16 presentes gestores e técnicos municipais, representantes da câmara técnica, secretarias
17 regionais, associações de municípios. O chamamento para a composição da mesa foi realizado
18 pela Secretaria Executiva da CIB. Após a composição da mesa o senhor Valmir Francisco
19 Comin - Coordenador da CIB/SC iniciou a reunião dando as boas vindas a todos (as)
20 presentes, fazendo um agradecimento especial a FECAM na pessoa de Janice Merigo, que
21 representou no ato a presidente Adeliana Dal Pont, pela parceria em eventos como este entre
22 outros; agradeceu igualmente a todos os presentes especialmente a equipe da SST que
23 compareceu à plenária. Em seguida Valmir Comin passou a palavra à senhora Jânifer Otto -
24 Presidente do COEGEMAS, a qual proferiu palavras de boas vindas a todos (as) presentes e
25 também agradeceu a FECAM pelo espaço fornecido para a plenária da CIB e do COEGEMAS,
26 e acatando o pedido do secretário Valmir Comin perguntou aos membros da mesa se todos
27 estavam de acordo em inverter a ordem dos assuntos em pauta, fazendo primeiro os informes
28 e deixando as matérias de pactuação para o final. Da mesma forma Jânifer agradeceu aos
29 membros do COEGEMAS por todo apoio e colaboração durante o período em que esteve como
30 presidente do Colegiado. Tomando a palavra novamente Valmir Comin agradeceu a
31 participação dos municípios nos cursos do Capacita SUAS e no Seminário Trabalho Social com
32 Famílias organizados pela Diretoria de Assistência Social - DIAS e passou a palavra ao senhor
33 Ismael de Córdova – Diretor de Assistência Social, o qual expressou as boas vindas e
34 agradecimentos a todos os presentes. Na sequência Ismael deu sequência à ordem do dia. A
35 ordem do dia foi considerada lida e aprovada pelo Plenário: **1º Verificação da presença e da**
36 **existência de quorum:** sendo constatada a existência de quórum, conforme o Regimento
37 Interno da CIB-AS-SC, foi possível prosseguir os trabalhos de acordo com a ordem do dia.
38 Nesse momento Valmir Comin pediu a palavra e solicitou que cada um dos membros da mesa
39 se apresentasse já que muitos dos novos gestores ainda não conhecem a composição da CIB.
40 **2º Apresentação, apreciação e aprovação da pauta do dia:** conforme sugestão inicial todos
41 estiveram de acordo em inverter a ordem dos assuntos em pauta, apresentando primeiro os
42 informes e deixando as matérias de pactuação para o final da plenária. **3º Apreciação e**
43 **aprovação da ata da reunião anterior:** Ivanor comunicou que a ata foi encaminhada com
44 antecedência, apontou algumas poucas e pequenas correções feitas a pedido de Jânifer Otto,

45 sendo esta considerada lida e aprovada pelo Plenário. **4º Correspondências recebidas e**
46 **expedidas:** Foi informado pela Secretaria Executiva da CIB-AS-SC que a relação de
47 correspondências expedidas e recebidas foram enviadas para o e-mail dos representantes da
48 CIB-AS-SC. **5º Informes:** A gerente de Avaliação e Monitoramento da DIAS/SST Paloma
49 Mariucci fez os Esclarecimentos das dúvidas mais comuns sobre o preenchimento do Plano de
50 Ação, reforçando que o prazo para o preenchimento está finalizando em 02 de junho de 2017 e
51 muitos municípios ainda não finalizaram o Plano, também forneceu seu contato para que todos
52 possam fazer comunicação e resolver todas as dúvidas de preenchimento e dificuldades com
53 os aplicativos do MDSA; ressaltou a importância de manter sempre o CadSUAS atualizado,
54 pois é a principal base de informações oficiais para o contato com os municípios. A seguir
55 Ismael chamou o gerente Martin Temp e Leonardo Ulisses Moraes, coordenadores das obras
56 no âmbito da assistência social referentes ao Pacto para fazerem o informe sobre Obras de
57 construção dos CRAS e CREAS. Na ocasião Valmir Comin tomou a palavra para agradecer o
58 trabalho desses coordenadores e informar que muitas obras foram entregues nos últimos 2
59 anos, mas que ainda existem recursos remanescentes de 2013 e que portanto a SST está
60 dando celeridade aos processos, em parceria com as Agências de Desenvolvimento Regional -
61 ADRs para que as obras ainda não iniciadas ou inacabadas sejam concluídas ainda este ano
62 sob pena de se perder esse recurso. Iniciando a exposição Martin explicando que o Pacto por
63 Santa Catarina é um programa do Governo do Estado de Santa Catarina que reúne obras e
64 aquisições para atender às principais demandas da sociedade. A soma dos recursos captados
65 chega a R\$ 10 bilhões de reais. Afirmou que a rede de proteção social será ampliada com
66 novos CRAS, CREAS e Centros Dia para Idosos além de novos veículos para as prefeituras
67 realizarem a busca ativa e que a execução ocorre através do FECEP – Fundo Estadual de
68 Combate e Erradicação da Pobreza. Informou que o Pacto prevê a construção de 89 CRAS, 28
69 CREAS e 4 CENTRO DIA e que a situação das obras de CRAS é a seguinte: 44 foram
70 entregues, 2 não entregues, 10 por reliciar e 33 por licitar. Da mesma forma apresentou a
71 situação dos CREAS: 9 entregues, 5 não entregues, 3 por reliciar e 11 por licitar. Seguindo
72 com a exposição Martin listou o número de obras entregues nos anos de 2015, 2016 e até a
73 data em 2017. Informou também que já foram executados R\$ 65 milhões dos recursos do
74 Pacto em obras e mais R\$ 40 milhões estão planejados para as obras futuras. Por fim elencou
75 todas as obras entregues e planejadas em cada ADR do Estado. A seguir Valmir Comin sugeriu
76 à Presidência do COEGEMAS fazer encaminhamento de uma moção ao senhor governador e à
77 equipe do Pacto para implementar ações e recursos em relação as demandas reprimidas na
78 área social, principalmente às de construção de CRAS e CREAS. De igual modo esclareceu
79 que a SST não alterou em nada a sequência cronológica das construções e que o que sim se
80 está fazendo é dar celeridade para assegurar a execução em função do prazo limitado para a
81 conclusão das mesmas. Reiterou que quem se organiza sai na frente e, portanto, é de suma
82 importância essa moção. Saliu que o governador está percorrendo as ADRs para ouvir os
83 prefeitos já que são estes que podem dizer em que áreas há maior necessidade que os
84 recursos do FUNDAM sejam executados, para a partir daí fazer todo o arranjo de aplicação do
85 montante disponível para investimento. Motivou os gestores presentes a aproveitarem esse
86 momento singular e se organizarem para reivindicar a destinação desses recursos para o
87 âmbito social. Dando seguimento aos informes, Ismael falou sobre os Programas abertos do
88 governo federal para construção e equipagem para que os municípios interessados possam

89 fazer o cadastro. Explicou que são programas para estruturação da rede de serviços de
90 proteção social básica e especial; descreveu os programas como cofinanciamento federal, por
91 meio a transferência voluntária de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)
92 para construir, ampliar, concluir, reformar/adaptar/recuperar as unidades públicas da Rede de
93 Serviços de Proteção Social Básica e Especial do SUAS: CRAS, Centro de Convivência,
94 CREAS, Centro POP, Centro DIA, Unidade de Acolhimento, como também para aquisição de
95 equipamentos e veículo(s) com o objetivo de equipar e modernizar essas unidades públicas.
96 Por fim expôs o passo a ser seguido para fazer o cadastro no Portal SICONV:
97 <http://portal.convenios.gov.br/> ressaltando o prazo de 30/06/2017 para o cadastro. Gisele
98 Barbosa auxiliou na explicação do passo a passo no portal. Tomando a palavra Jânifer lembrou
99 aos presentes da importância dos gestores procurarem o setor de planejamento do município
100 para fazer o cadastro no Siconv, e na oportunidade estimulou os gestores a aproveitarem essa
101 oportunidade. Da mesma forma Valmir Comin motivou a todos a fazerem o cadastro e colocou
102 a equipe da SST à disposição para auxiliar nos esclarecimentos. Tomando a palavra Maria
103 Eunice Malacarne recordou que existe uma contrapartida que os municípios devem fazer
104 nesses programas, mas que é mínima. Prosseguindo com os informes Ismael avisou que no
105 dia 31 de maio de 2017, a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
106 (SST), por meio da Coordenadoria Estadual da Juventude, fará o Lançamento e a Capacitação
107 do Programa Identidade Jovem (ID Jovem). O evento acontecerá no Auditório Antonieta de
108 Barros na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) - Florianópolis a partir das 14
109 horas. Explicou que o ID Jovem é destinado a pessoas com idade entre 15 e 29 anos cuja
110 renda familiar seja de até dois salários mínimos e que estejam inscritas no Cadastro Único
111 para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Esclareceu que o programa garante
112 o direito ao benefício de meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos e de vagas
113 gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, conforme
114 regulamentado pelo Estatuto da Juventude - Lei nº 12.852/2013. Informou que as inscrições
115 para capacitação poderão ser feitas através do site: <http://escola.alesc.sc.gov.br/> e que as
116 dúvidas ou questionamentos podem ser sanadas através do telefone (48) 3664-0815 ou do e-
117 mail juventudegovsc@gmail.com. Ismael fez um resumo sobre a realização dos cursos
118 referentes ao Capacita SUAS: pólos, datas, vagas disponibilizadas, número de inscritos,
119 número de participantes, percentuais correspondentes. Também informou sobre o Curso de
120 Vigilância Socioassistencial que será realizado proximamente em todos os pólos e externou a
121 preocupação sobre a baixa participação dos membros dos Conselhos no Capacita SUAS e
122 passou a palavra a Ivanor para falar sobre o Andamento processo de revisão da Lei do FEAS,
123 o qual noticiou que a Consulta Pública da Lei do FEAS no site consultapublica.scc.sc.gov.br
124 teve o prazo para contribuições encerrado no dia 05/05/2017. Relatou que terminado o prazo a
125 Casa Civil encaminhou as contribuições realizadas para que a SST/DIAS fizesse a inserção
126 dessas no texto da Lei e devolvesse a minuta à Casa Civil para que seja publicada no site
127 supramencionado a fim de dar transparência ao processo e a Casa Civil prossiga com os
128 demais passos de tramitação. Informou ainda que esse procedimento foi realizado e que
129 contemporaneamente a DIAS dará seu parecer acerca dos impactos das contribuições para a
130 Política de Assistência Social. Esclareceu que não tem um prazo para que a Lei seja Aprovada
131 na Alesc, mas que tanto a Casa Civil quanto a DIAS estão dando celeridade ao processo.
132 Valmir Comin aproveitou a ocasião para dizer que a SST vai dar toda atenção e empenho para

133 que o processo efetivamente tenha seguimento e desfecho esperado. Retomando a palavra
134 Ivanor passou a falar sobre a minuta de Decreto de Prestação de Contas, salientando que a
135 equipe da GFEAS construiu uma minuta de decreto que revoga o decreto nº 3.316, de 17 de
136 junho de 2010 que dispõe sobre a prestação de contas de recursos financeiros transferidos do
137 FEAS para os FMAS e suas alterações, contemplando as solicitações dos gestores municipais
138 no Ofício do Coegemas 007/2017, especialmente a reprogramação anual dos saldos e o prazo
139 para a prestação de contas até 30 de abril de cada ano. Ainda destacou que a minuta está
140 tramitando dentro da SST desde o início de maio, pois precisa passar pela revisão das áreas
141 afetas para depois ser encaminhada à Casa Civil. Na ocasião Jânifer destacou a importância
142 desse novo decreto já que muitos municípios devolvem anualmente recursos para o Tesouro
143 do Estado devido às dificuldades de execução dentro do exercício. Da mesma forma salientou
144 que um prazo maior para entregar a prestação de contas ajuda em muito os gestores
145 municipais já o dia 28 de fevereiro fica muito próximo do início do ano, quando ainda muitos
146 municípios estão se organizando ou quando novos gestores estão assumindo mandato e nem
147 sequer sabem que precisam prestar contas dos recursos do FEAS. Prosseguindo ainda
148 solicitou ao órgão gestor celeridade nesse processo para que o decreto possa estar vigente
149 antes da conclusão desse ano e agradeceu ao órgão gestor por ter atendido essas solicitações,
150 inclusive antigas do COEGEMAS, inclusas na minuta de decreto. Retomando a palavra Ivanor
151 lembrou que o prazo para entrega da prestação de contas do cofinanciamento estadual de
152 2016, por solicitação do COEGEMAS, foi prorrogado até o dia 02 de maio de 2017. No entanto
153 22 municípios ainda não entregaram a prestação de contas. Tomando a palavra Valmir Comin
154 salientou a necessidade de organização dos gestores para que atrasos como esses não
155 ocorram, apesar das prorrogações de prazo. De igual modo enfatizou que tanto os municípios
156 como o estado precisam agilizar a execução dos recursos e citou o caso dos recursos do
157 Capacita SUAS e do Pacto que são remanescentes de 2013. Dando sequência ao assunto
158 Ismael destacou que essa minuta de decreto é um esforço do órgão gestor estadual e da DIAS
159 que mostra a preocupação de toda a equipe da gestão estadual para com a execução dos
160 recursos por parte dos municípios. Ainda sobre o assunto Jânifer indagou se os nomes dos 22
161 entes que ainda não haviam entregado a prestação de contas estava publicada no site, ao que
162 Ivanor respondeu que não, mas que tinha a lista consigo, diante disso Jânifer anunciou que
163 quem tivesse interesse em saber se seu município estava na lista que procurasse Ivanor no
164 final da reunião. Voltando ao assunto Ismael disse que a DIAS tem suas deficiências, mas que
165 era de se pensar ou discutir para o futuro, se quem não entregou a prestação de contas do
166 exercício anterior poderia se habilitar ou não ao cofinanciamento do exercício corrente.
167 Concluindo a reflexão passou a informar sobre o CEAS que teve a eleição dos membros da
168 sociedade civil no dia 22 de maio e que posse da nova composição será no dia 05 de junho no
169 auditório da SST. Destacou que a gestão estadual acompanhou e está acompanhando de perto
170 todo esse processo de recomposição do Conselho. Na oportunidade Rosemeri Bartucheski,
171 secretária de São José, perguntou como era composta a representação da sociedade civil do
172 CEAS, já que muitos municípios ainda não se adequaram e o Ministério Público está cobrando
173 adequação, visto também que o CEAS é tomado como parâmetro pelos municípios, por isso a
174 importância da divulgação. Diante disso Jânifer fez a proposta de que a DIAS encaminhe um
175 ofício para os municípios esclarecendo as normativas relativas à composição dos conselhos de
176 assistência social. Aproveitando a interpelação Ismael pediu à gerente de proteção social

177 básica, Daiana Nardino para falar sobre o assunto, a qual inicialmente fez menção ao Conselho
178 Nacional de Assistência Social – CNAS que tem normativas que garantem a composição
179 paritária dos conselhos, governamental e sociedade civil, e que esta última tenha
180 representantes dos três segmentos: usuários, trabalhadores do SUAS e entidades. Destacou
181 que as entidades precisam estar inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social –
182 CMAS. Retomando a palavra Ismael sugeriu que os gestores entrem em contato com o CEAS,
183 assim que este tenha sua nova composição empossada, para resolver todas as dúvidas. A
184 seguir Ivanor deu continuidade à leitura dos demais informes lembrando que o prazo para
185 confirmação trimestral da participação dos usuários no Serviço de Convivência e
186 Fortalecimento de Vínculos (SCFV) vai até 20 de junho. O Sistema de Informação do Serviço
187 de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC) é uma ferramenta de gestão do SCFV, por
188 meio da qual é possível realizar o acompanhamento e monitoramento do Serviço, assim como
189 a apuração dos atendimentos realizados, para fins de cálculo do cofinanciamento federal. O
190 SISC está disponível, permanentemente, para inserção, alteração e consulta dos dados dos
191 usuários atendidos no SCFV. Trimestralmente, o gestor municipal ou quem ele delegar por
192 meio de acesso ao sistema, deve confirmar a participação dos usuários. A próxima aferição
193 dos dados inseridos no SISC será realizada no dia 20 de junho de 2017 e será utilizada como
194 base para o cálculo do cofinanciamento de julho a setembro de 2017, conforme dispõe a
195 portaria nº 134 (art. 13, § 1º). Neste sentido, para evitar problemas de bloqueio/suspensão de
196 recursos, solicitamos aos municípios que fiquem atentos e realizem a confirmação (com sim ou
197 não) dos usuários do SCFV no SISC dentro do prazo estabelecido. De acordo com a Portaria
198 do MDS nº 134, de 28 de novembro de 2013 “nenhum município ou Distrito Federal receberá
199 como componente I valor inferior a R\$ 4.500 (quatro mil e quinhentos reais), desde que
200 atendido o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da capacidade de atendimento aceita” (art.
201 8º, §2º). Os municípios que não cumprirem o percentual mínimo não receberão os recursos
202 referentes ao trimestre aferido. Em caso de dúvida, entrar em contato com a Gerência de
203 Proteção Social Básica pelo email gepsb@sst.sc.gov.br ou ligar para o número (48) 3664-0686.
204 Após Ivanor fez a apresentação dos informes referentes aos benefícios, programas e
205 transferência de renda começando pela Repactuação de Metas do Programa Nacional de
206 Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho. Conforme Resolução nº 03,
207 de 19 de abril de 2017, que aprova o ajuste de metas do Acessuas Trabalho para os municípios
208 com saldo de recursos financeiros acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), o Ministério do
209 Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA disponibiliza em seu site oficial, informações e
210 sistema eletrônico para que os municípios efetuem a repactuação, por meio de Termo de
211 Repactuação de Metas o qual está disponível para os municípios desde o dia 04 de maio de
212 2017 até às 18 horas do dia 16 de junho de 2017 (horário de Brasília). O acesso ao Termo de
213 Repactuação de Metas deverá ser efetuado pelo Administrador Titular ou Adjunto do órgão
214 gestor de Assistência Social, utilizando CPF e senha, conforme política de senhas dos sistemas
215 da Rede SUAS, por meio do link [http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/termoaceite/](http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/termoaceite/acessuastrabalho)
216 [acessuastrabalho](http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/termoaceite/acessuastrabalho). Os municípios que recusarem a repactuação de metas ou que não se
217 manifestarem no prazo estabelecido deverão devolver os recursos existentes em conta ao
218 Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do artigo 52 da Portaria MDS nº 113/2015.
219 Ressaltamos que os municípios com saldos de recursos financeiros abaixo de R\$ 20.000,00
220 (vinte mil reais) serão dispensados de tal repactuação, devendo executar o saldo existente nos

221 termos da Resolução CNAS nº 17/2014. Para finalizar Ivanor mencionou as Capacitações do
222 Mês de Junho de 2017 do Cadastro Único e Programa Bolsa Família. A continuação Ivanor fez
223 o informe da gestão da política de assistência social começando pelo Plano Municipal de
224 Assistência Social 2018-2021: Considerando a responsabilidade de elaboração do Plano de
225 Assistência Social pelo Órgão Gestor Municipal da Política de Assistência Social para vigorar
226 no quadriênio 2018-2021, a Diretoria de Assistência Social – DIAS, por meio das Gerências de
227 Gestão da Política de Assistência Social, de Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social e
228 de Monitoramento e Avaliação, comunicou que irá realizar capacitação sobre a elaboração do
229 plano a partir da primeira quinzena de agosto. Por meio de uma ação inédita na diretoria, será
230 utilizado o ambiente virtual de aprendizagem para disponibilizar um curso completo, com
231 exercícios norteadores que facilitarão a construção do plano, sendo que ao final da
232 capacitação, a/o cursista ganhará certificado de conclusão podendo utilizar em sua progressão
233 funcional. Durante o curso será realizado o atendimento cooperativo, por meio da plataforma
234 de web conferência e/ou videoconferência o que possibilitará a interação simultânea entre
235 as/os participantes e as/os coordenadores, gerando um ambiente propício para debater a fim
236 de esclarecer suas dúvidas. Informou que o objetivo da DIAS é prestar o apoio técnico
237 necessário para que todos os 295 municípios catarinenses possam construir seu Plano de
238 Assistência Social visando à implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e
239 à construção de uma política planejada, efetiva e de impacto social, atendendo assim o
240 estipulado no Pacto de Aprimoramento do SUAS quanto à responsabilidade de apoiar
241 tecnicamente os municípios catarinenses. Na ocasião Ismael informou que essa capacitação
242 dos municípios sobre os Planos Municipais foi uma demanda trazida por Ana Carolina de
243 Petrolândia na última plenária da CIB e que a DIAS vai fazê-lo de forma informatizada por meio
244 da Plataforma Moodle, a qual todos os gerentes e técnicos da DIAS estão fazendo para serem
245 os ministrantes via web. Isso permitirá que os técnicos tenham acesso à capacitação desde sua
246 sala lá nos municípios, otimizando assim tempo, recursos e evitando deslocamentos. Destacou
247 ainda que a previsão para a capacitação estar em andamento é a primeira quinzena de agosto.

248 **6º Plano de Acompanhamento e Apoio Técnico aos Municípios de Santa Catarina 2017:**
249 tomando a palavra Karina Euzébio iniciou a exposição esclarecendo que a pactuação do Plano
250 de Acompanhamento e Apoio Técnico aos Municípios se refere somente à Etapa 2017 e que a
251 esta apresentação é um resumo, já que o Plano na sua íntegra foi enviado previamente ao
252 membros da CIB e Câmara Técnica. Prosseguindo explicou que o Plano de Acompanhamento
253 e Apoio Técnico consiste num instrumento de planejamento para apoio técnico do Estado aos
254 Municípios no que se refere à gestão do SUAS e execução dos serviços, programas, projetos e
255 benefícios socioassistenciais visando ao alcance das prioridades e metas estabelecidas na
256 Resolução CNAS nº 18, de 15 de julho de 2013, que dispõe acerca das prioridades e metas
257 específicas para o Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal do SUAS, para o quadriênio
258 2014-2017, pactuadas pela CIT. A seguir apresentou o objetivo geral do Plano: Promover o
259 aprimoramento da gestão descentralizada para o alcance das metas de aprimoramento da
260 gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS. Da mesma
261 forma elencou os objetivos específicos: Prestar assessoria técnica, preferencialmente, de forma
262 integrada aos trabalhadores municipais do SUAS para qualificação da gestão e dos serviços,
263 programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como para o alcance das prioridades
264 e metas pactuadas nacionalmente na CIT e deliberadas pelo CNAS, para o quadriênio

265 2014/2017; contribuir na superação das dificuldades encontradas para
266 implantação/implementação e organização do SUAS nos municípios; fomentar os mecanismos
267 de regulação e operacionalização do SUAS, visando fortalecer o comando único da Assistência
268 Social; estabelecer parâmetros de monitoramento e avaliação do desenvolvimento do SUAS no
269 Estado, buscando integrar as ações das áreas da gestão, da proteção social básica e proteção
270 social especial. Dando seguimento à apresentação disse que a meta do presente Plano de
271 Acompanhamento e Apoio Técnico - Etapa 2017 é apoiar e/ou acompanhar os 295 Municípios
272 Catarinenses no período de janeiro a dezembro de 2017. Esclareceu que algumas gerências da
273 DIAS têm alguns municípios como prioritários dentro do Plano e que para a escolha dos
274 mesmos cada gerência utilizou alguns critérios, por exemplo, a Gerência da Gestão do SUAS
275 adotou esses: Municípios que apresentaram o IGD-SUAS menor ou igual a 0,2 (dois décimos)
276 nos anos de 2015 e 2016 e índice referente à “Gestão Municipal”, igual ou inferior a 0,60, com
277 base em dados dos anos de 2013 e 2014; Municípios remanescentes da etapa 2016 do plano
278 de apoio; Municípios em gestão inicial; Municípios com denúncias registradas em virtude de
279 inadequações relativas à Gestão do SUAS. Pedindo a palavra Maria Eunice Malacarne
280 esclareceu que agora não existe mais gestão inicial, se identifica o município pelo porte,
281 sugeriu, portanto, que se escreva por exemplo: “municípios que não tenham CRAS, ou política
282 de assistência não sendo executada na íntegra”. Retomando a exposição Karina elencou os
283 critérios de elegibilidade dos municípios prioritários usados pela Gerência de Proteção Social
284 Básica: Municípios que ainda não receberam visita técnica; Municípios com denúncias
285 registradas, no ano de 2015, em virtude de inadequações relativas à oferta dos serviços deste
286 nível de proteção; Municípios com o recurso do Piso Básico Fixo bloqueado em decorrência da
287 Resolução nº 21/2013; Municípios remanescentes da etapa 2016 do plano de apoio. Em
288 seguida listou os critérios utilizados pela Gerência De Proteção Social Especial: da Média
289 Complexidade os Municípios que ainda não receberam visita técnica; Municípios com
290 denúncias registradas em virtude de inadequações relativas à oferta dos serviços de média
291 complexidade; Municípios remanescentes da etapa 2016 do plano de apoio; da Alta
292 Complexidade os Municípios que ainda não receberam visita técnica; Municípios com
293 denúncias registradas em virtude de inadequações relativas à oferta dos serviços de alta
294 complexidade; Municípios que realizaram o Plano de Reordenamento dos Serviços de
295 Acolhimento; Municípios remanescentes da etapa 2016 do plano de apoio; do Programa de
296 Erradicação do Trabalho Infantil os Municípios que realizaram o aceite ao Programa de
297 Erradicação do Trabalho Infantil, agora com nova nomenclatura Ações Estratégicas do
298 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI). Dando continuidade à exposição,
299 Karina explicou que dentro do Plano a Educação Permanente consiste na execução de ações
300 de capacitação e formação continuada aos trabalhadores municipais do SUAS, por meio do
301 Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS de Santa Catarina (PEEPSUAS/SC), que
302 no ano de 2017 vai abranger as seguintes ações: 1. Programa Nacional de Capacitação
303 (Capacita SUAS): Poderão participar da capacitação gestores, técnicos e conselheiros
304 municipais de assistência social dos 295 municípios catarinenses; 2. I Seminário Estadual –
305 Trabalho Social com Famílias do SUAS: ocorrido no dia 10 de abril de 2017 e teve como
306 objetivo capacitar os técnicos e gestores do SUAS no âmbito do Serviço de Proteção Social
307 Básica e no Serviço de Proteção Social Especial; 3. Web conferência sobre a implantação do
308 Núcleo de Educação Permanente no SUAS que tem por objetivo capacitar os técnicos dos

309 municípios catarinenses que não possuem o Núcleo de Educação Permanente do SUAS
310 instituído, a qual está prevista para o 2º semestre de 2017; 4. Oficinas sobre o Programa de
311 Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI) e Medidas Socioeducativas que têm por objetivo
312 capacitar os técnicos que atuam na Proteção Social Especial, mais especificamente nas áreas
313 do AEPETI e das medidas socioeducativas. Essas oficinas ocorrerão no 1º e 2º semestres de
314 2017, em Florianópolis, com a participação de técnicos de 67 municípios que fizeram o aceite;
315 5. Capacitações sobre o Cadastro Único para Programa Sociais – CadÚnico e Programa Bolsa
316 Família. Ainda sobre as ações do Plano, Karina falou a respeito das visitas técnicas que tem
317 por finalidade monitorar in loco a execução dos serviços e a gestão do SUAS, explicou que
318 para a Etapa de 2017 foram previstas Visitas Técnicas em 28 municípios selecionados como
319 prioritários de acordo com os critérios de seleção já apresentados, sendo que alguns receberão
320 a visita no 1º semestre e o restante no 2º semestre. Da mesma forma elencou outras ações do
321 Plano como: reuniões técnicas para 72 municípios selecionados como prioritários, contatos
322 telefônicos e por meio eletrônico, correspondências oficiais, Notas Técnicas, Instruções
323 Normativas e outros documentos. Passando a falar sobre o Monitoramento e Avaliação do
324 Plano, Karina esclareceu que o mesmo tem por finalidade verificar se o desenvolvimento e
325 implementação das ações previstas estão de acordo com os objetivos definidos, possibilitando
326 a realização do planejamento do Plano de Acompanhamento e Apoio Técnico 2018/2021, e que
327 ao final da etapa 2017 do plano, o órgão gestor estadual apresentará um relatório de avaliação
328 à CIB/SC e ao CEAS/SC. Antes da leitura da minuta de resolução Jânifer Otto perguntou se a
329 Câmara Técnica da CIB tinha mais alguma observação em relação ao Plano, e diante do
330 consenso dos membros devolveu a palavra para Karina que fez a leitura da minuta de
331 resolução a ser pactuada. Finalizada a leitura Maria Eunice comentou que o Plano em questão
332 contemplou pendências do da Etapa 2016. Diante do consenso do plenário Jânifer pediu que
333 se imprimisse a resolução para que ela na condição de presidente do COEGEMAS e o
334 Secretário de Estado Valmir Comin pudessem assiná-la ao término da plenária, desse modo
335 ficou pactuada a resolução que dispõe sobre a revisão anual do Plano de Acompanhamento e
336 Apoio Técnico aos Municípios do Estado de Santa Catarina – Etapa 2017, para o alcance das
337 prioridades e metas específicas para a gestão municipal do SUAS referente ao quadriênio
338 2014/2017, estabelecidas na Resolução CNAS nº 18, de 15 de julho de 2013. **7º**
339 **Cofinanciamento Estadual de 2017:** Nesse momento Valmir Comin chamou a secretária
340 adjunta da SST e membro suplente da CIB Régia Panceri para fazer parte da mesa. Disse que
341 ficou muito surpreso ao assumir a SST e saber que nos anos de 2015 e 2016 a Proteção Social
342 Especial de Média e Alta Complexidade não foram cofinanciadas pelo Estado, pontuou que
343 apesar de ser secretário de estado ele é essencialmente municipalista e que a verdade é que a
344 carga mais pesada sempre sobra para o município. Relatou que assim que chegou se deu
345 conta dessa situação por meio do Ismael e de sua equipe, e que assim que pôde se aproximou
346 da Secretaria da Fazenda com o objetivo conseguir recursos para todas as proteções em 2017.
347 Falou que nesse processo todos somos corresponsáveis, cada um com suas obrigações
348 próprias, desde o posto em que cada um está, sendo propositivos e buscando alternativas.
349 Renovou a proposta de os municípios encaminharem uma moção ao governador solicitando
350 que suas demandas nos diversos âmbitos sejam atendidas, entre elas o cofinanciamento da
351 assistência social aproveitando os aproximadamente R\$ 600 milhões do FUNDAM que serão
352 destinados aos municípios a título de fundo perdido, sem necessidade de contrapartida pelo

353 menos nessa etapa. Orientou os municípios a solicitarem parte desse recurso para o
354 cofinanciamento da Alta complexidade já que foram conseguidos R\$ 8 milhões para a Média
355 Complexidade e R\$ 9 milhões para Proteção Básica junto à equipe da fazenda. Esclareceu que
356 não poderia prometer algo que não tivesse o consenso da equipe de governo e que, portanto,
357 ao que pode se comprometer, dependendo do encaminhamento, da arrecadação do estado, o
358 tanto quanto possível, é continuar buscando junto ao governo recursos para a Alta
359 Complexidade e Benefícios Eventuais. Nesse momento Valmir Comin passou a palavra para
360 Régia, a qual felicitou a FECAM, o COEGEMAS e a DIAS pela organização como também a
361 todos os presentes. Prosseguindo fez um brevíssimo resumo do que ocorreu em 2015 e 2016
362 em relação ao cofinanciamento, relatou os valores conseguidos até o momento para o ano de
363 2017, esclareceu para Jânifer que os 8 milhões para a Média Complexidade não poderiam ser
364 destinados na sua integralidade para os CREAS e Centro Pop já que a SST tem um termo de
365 aceita firmado com o governo federal para cofinanciar também o Centro Dia de Joinville, e a
366 única forma de cumprir esse compromisso é destinando parte desse montante para atender o
367 Centro Dia, ou seja R\$ 240 mil. Da mesma forma informou que a secretaria da fazenda sempre
368 pede que os repasses se deem em 3, 4, 5 ou 6 parcelas, por isso a equipe da DIAS propõe que
369 os prazos sejam constituídos por dias corridos e não úteis, para adiantar ao máximo o início
370 dos repasses, mas que mesmo assim não será possível começar a repassar antes de
371 setembro. Relatou que ainda não foi estabelecido com a equipe da fazenda um cronograma de
372 desembolso, mas que a SST está trabalhando para conseguir que o repasse se dê em 3
373 parcelas, e que se isso não for possível na próxima plenária da CIB será informado. Na ocasião
374 Jânifer esclareceu que a Câmara Técnica da CIB fez um estudo e levantamento de valores, a
375 qual deverá manifestar-se após. A seguir discordou da destinação de parte do recurso da
376 média complexidade para o Centro Dia de Joinville, entendendo que esta demanda era fruto de
377 ordem judicial, e afirmou a necessidade de falar dos valores no orçamento estadual para o
378 cofinanciamento, e dessa forma avaliar a diferença entre o que está lá e o que é disponibilizado
379 para este ano. Valmir Comin, tomando palavra, afirmou que esse é o fórum legítimo para essa
380 discussão, e que ele tem sempre procurado ser muito franco em suas colocações, lembrando
381 que a Proteção Social Especial ficou 2 anos sem cofinanciamento estadual, reiterou e apelou a
382 todos que conjuntamente façam um trabalho de sensibilização do governo, mencionou a
383 situação difícil pela que passa o país, esclareceu que isso não é desculpa e que está fazendo
384 todo o possível pela causa da qual todos os presentes são partícipes, citou como exemplo as
385 obras de construção dos CRAS e CREAS que não tiveram a ordem de execução alterada, não
386 só dando continuidade, mas agilizando, sincronizando com as ADRs para garantir esses
387 recursos, e que portanto há um avanço progressivo nessa área. Valmir Comin esclareceu que
388 seria leviano de sua parte trazer para esta plenária algum comentário ou afirmação que não
389 fosse consensada com a equipe da fazenda ou do governo, já que representa o governo e não
390 pode ser irresponsável, e que por isso tem que manter o compromisso que o governo assumiu
391 já em anos passados com o Centro Dia de Joinville. Na ocasião o secretário Valmir Comin foi
392 questionado sobre os compromissos que a equipe da fazenda assumiu em relação ao
393 cofinanciamento, se os mesmos serão mantidos apesar da saída repentina do secretário de
394 estado da fazenda, ao que Comin esclareceu que o compromisso é do governo, não de uma
395 equipe, e que, portanto, o que foi acordado será mantido. Do mesmo modo Reginete Panceri
396 tomou a palavra esclarecendo que o orçamento é uma lei autorizativa, como também ocorre em

397 âmbito municipal, que permite gastar até o limite fixado no orçamento, mas que outra coisa é a
398 receita efetiva, e que a receita do estado, como a do país, não tem se revelado muito melhor
399 que a do ano passado, como se esperava, devido à crise em curso. Salientou que foi uma
400 grande vitória o secretário Comin ter conseguido recursos também para outra proteção em
401 2017, e reforçou que a secretaria da fazenda vai honrar os valores trazidos para a pactuação,
402 sendo que o cronograma de desembolso ainda será definido proximamente. Retomando a
403 palavra Valmir Comin afirmou que não pode agir com irresponsabilidade e que os valores
404 trazidos, para discussão e pactuação nesse fórum legítimo, são aos que o governo
405 efetivamente pode no momento se comprometer. Para concluir Reginete esclareceu que os 8
406 milhões de reais são única cota financeira para a média complexidade, por isso só pode tirar
407 desse montante o valor para o Centro Dia de Joinville, que é um equipamento de média
408 complexidade, e que ao insistir com a secretaria da fazenda por mais recursos para esta
409 proteção, estaria queimando a possibilidade de continuar buscando recursos para a alta
410 complexidade e benefício eventuais. Nesse momento Maria Eunice expôs que desde 2005
411 vendo acompanhando toda a trajetória do SUAS em Santa Catarina, e que apesar de em 2104
412 o Estado ter cofinanciado todas as proteções, nos anos seguintes isso não voltou a ocorrer,
413 tendo os municípios que ouvir promessas todos os anos e sofrer um desgaste crescente.
414 Também comentou que a Câmara Técnica trabalha sobre a peça orçamentária, que sabe que
415 nem sempre se atinge o total, mas que é muito pouco cofinanciar só 30 ou 40% que está
416 estabelecido no orçamento, já que a NOB SUAS de 2012 deixa claro a responsabilidade do
417 Estado, portanto a situação dos municípios é muito difícil, que as moções, tentativas junto ao
418 governo já foram feitas sem resultado, e que as projeções feitas pela Câmara Técnica, com os
419 dados cedidos pelos técnicos da SST, indicam que os equipamentos e serviços nos municípios
420 só vêm crescendo enquanto que o cofinanciamento diminui, que o orçamento é muito baixo em
421 relação ao custo da assistência social nos municípios e ainda assim o cofinanciamento nem
422 atinge a metade do orçamento, deixando a alta complexidade e os benefícios eventuais sem
423 recursos. Concluindo sua fala Maria Eunice acrescentou que o cofinanciamento da gestão do
424 SUAS foi tirado da peça orçamentária, o qual era um ganho conquistado, da mesma forma
425 lembrou que a Câmara Técnica havia posto a data de 31 de dezembro como data de corte para
426 o cadastro dos CRAS no CadSUAS, mas que isso deixaria 2 CRAS fora do cofinanciamento,
427 desse modo solicitou que se alterasse a data de corte para 31 de janeiro de 2017 para incluir
428 esses 2 CRAS. Aproveitando a ocasião Valmir Comin elogiou a fala de Maria Eunice que
429 denota profundo conhecimento da situação, e acrescentou que em reuniões do FONSEAS e
430 CIT em Brasília os membros desses colegiados chegaram a conclusões similares, de que a
431 economia chegou em 2014 no seu ápice e que de lá em diante houve uma retração, levando
432 milhões de brasileiros ao desemprego, no entanto Santa Catarina, numa ação suprapartidária,
433 optou por não aumentar impostos, mantendo um saldo positivo de geração de empregos.
434 Dando continuidade, salientou que aceitou ser secretário de estado nessa conjuntura difícil e
435 que vem se dando conta que assistência social na sua essência, não o assistencialismo, não
436 foi levada a sério pela maioria dos gestores, que não tem sido prioridade, e que ele próprio se
437 incluía nesse grupo já que em 28 anos de vida pública foi descobrir agora o que é a secretaria
438 de assistência social, superior a outras secretarias com maior orçamento, justamente pela sua
439 capilaridade, pois mexe diretamente com a vida das pessoas. Ao mesmo tempo convidou os
440 presentes a não perder a esperança e a enfrentar a situação com ações propositivas, sugerindo

441 novamente a aproveitarem a oportunidade dos recursos do Fundam para convencer os
442 gestores municipais a destinarem parte desses recursos para a assistência social, já que são
443 os prefeitos que decidem onde vão aplicá-los. Na ocasião Jânifer Otto perguntou quem ainda
444 gostaria de se manifestar para organizar as falas de forma a concluir a discussão e passar à
445 leitura e pactuação da matéria, reiterando que a proposta trazida pelo estado não é suficiente,
446 não cobre a necessidade dos municípios, e que acha injusto que se tire do valor do
447 cofinanciamento de 2017 para o Centro Dia de Joinville, demanda de 2016. Intervindo, Ismael
448 esclareceu que se trata do cofinanciamento do Centro Dia referente a 2017, também pontuou
449 que não se trata de demanda judicial, mas do aceite que o estado fez com o MDS em 2013 de
450 custear 50% do valor que governo federal repassa para o funcionamento deste centro que é o
451 único do estado. Aproveitando a intervenção Jânifer destacou o quanto é importante aumentar
452 a projeção de recursos de um ano para outro e indagou Ivanor sobre o impacto destes 240 mil
453 reais a menos para os equipamentos da média complexidade, o mesmo informou
454 aproximadamente o valor a menos que cada equipamento irá receber e também o valor que
455 cada CRAS irá receber do montante destinado para a proteção social básica. Dando
456 seguimento Jânifer perguntou aos membros do Coegemas sobre a aceitação ou não proposta
457 levada pelo estado alegando que ainda que presidente do colegiado não poderia decidir
458 sozinha, dito isso cedeu a palavra para Dagmar enquanto os membros da mesa representando
459 o Coegemas se retiraram por alguns minutos a fim de decidirem. Dagmar elogiou a franqueza
460 do secretário Comin e pediu que ele tente organizar uma agenda com o governador, para que
461 tanto ele quanto os gestores possam levar suas demandas. Nesse momento a diretora de
462 assistência social de Blumenau dirigiu a palavra ao secretário Comin explicando que também
463 eles, os gestores, sofrem pressões e que a situação chegou ao ponto crítico de quase não
464 aguentarem mais, descreveu a angústia dos técnicos da ponta, falou de como o município arca
465 praticamente sozinho com os custos da assistência social, destacou que os gestores não são
466 adversários do estado, mas que as queixas que trazem são um grito de desespero perante a
467 difícilíssima situação. Da mesma forma pediu ao secretário para continuar buscando recursos
468 também para os benefícios eventuais, já que os município não estão dando conta. Voltando à
469 mesa Janifer solicitou a leitura da resolução referente ao cofinanciamento. Começando a leitura
470 da minuta de resolução Ivanor destacou dois “considerando” que foram acrescentados à
471 mesma, de idêntica maneira destacou a mudança da data de corte, com aval da Câmara
472 Técnica da CIB, de 31 de dezembro de 2016 para 31 de janeiro de 2017, incluindo assim no
473 cofinanciamento mais 2 CRAS cadastrados no CadSuas. Nesse momento Maria Eunice
474 esclareceu que os critérios para a média complexidade permaneceram os mesmos, os
475 municípios receberão de acordo com os equipamentos que possuem e que no futuro o
476 Coegemas pode fazer uma discussão sobre esses critérios, fazendo um estudo e levantamento
477 a respeito. Ao citar os critérios da alta complexidade, Maria Eunice destacou a necessidade de
478 rever com urgência o assunto da regionalização dos serviços desta proteção social, para que o
479 estado possa também beneficiar os municípios que não possuem equipamento. Intervindo
480 Jânifer esclareceu que na resolução os critérios de partilha da alta complexidade ficaram por
481 porte porque assim o governo federal cofinancia os municípios, desse modo abre a
482 possibilidade de todos os municípios que ofertam o serviço, mas não possuem equipamento de
483 alta complexidade, possam receber recursos. Após estes esclarecimentos Ivanor continuou a
484 leitura, se detendo na parte que trata dos prazos, os quais, após discussão e consenso, foram

485 alterados para 30 dias corridos ao invés de 30 dias úteis e em que o prazo de retificação e sua
486 análise foi abreviado para 7 dias corridos. Em seguida Ivanor concluiu a leitura da resolução.
487 Antes da mesa se manifestar Jânifer perguntou aos gestores presentes sobre quem era
488 contrário e favorável à pactuação, desse modo foram pactuados os critérios, prazos e
489 procedimentos para cofinanciamento estadual dos serviços da Proteção Social Básica e
490 Proteção Social Especial de Média Complexidade nos respectivos valores de R\$ 9.000.000,00
491 (nove milhões de reais) e R\$ 7.760.000,00 (sete milhões e setecentos e sessenta mil reais)
492 referentes aos recursos estaduais alocados no FEAS/SC para o exercício de 2017; e conforme
493 disponibilidade financeira, em resolução futura, serão pactuados os valores para a Proteção
494 Social Especial de Alta Complexidade e Benefícios Eventuais, contudo ficaram desde já
495 pactuados na mesma resolução, os critérios e procedimentos para tal repasse. Na ocasião
496 Valmir Comin informou que já fez contato com a Casa Civil a fim de obter uma agenda junto ao
497 governador e levar junto com os gestores municipais as reivindicações pertinentes. Concluindo
498 agradeceu a presença e o esforço de todos. Nada mais havendo a tratar, eu Ivanor Alberti,
499 lavrei a presente Ata.